

É a constância que define a austeridade

Patentes como são os êxitos que a política econômica em vigor tem obtido, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, longe de adotar uma atitude de "blasé", admite, com realismo, que ela comporta riscos bem definidos. O governo tem conseguido uma melhora gradual no controle do déficit público, que, em termos nominais, recuou de 7,5% para 6,05% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1996, estando atualmente em torno de 5,7%. Embora significativo, o ganho foi pequeno e isso não pode ser debitado ao lento progresso das emendas reformistas no Congresso. As reformas são essenciais, mas não se esperaria que elas produzissem resultados a curto e médio prazo. O fato inescapável é que o governo não vem podendo cortar despesas como seria de desejar.

Além disso, as contas públicas são oneradas por juros ainda muito elevados. Gota a gota, a taxa básica de juros (TBC) vinha caindo até o mês de abril. Em face do aumento das taxas de juro nos Estados Unidos e tendo em vista a necessidade de atrair capitais externos, o governo interrompeu uma promissora trajetória de baixa. Também pesou nessa decisão a conveniência de evitar aumento do consumo e, conseqüentemente, das importações.

Mostrando que não está imóvel e está fazendo o que pode, o governo, ainda há pouco, reduziu o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para algumas modalidades de captação externa, zerando no caso de empréstimos em moeda. Quase simultaneamente, elevou o IOF sobre operações de crédito ao consumidor. São medidas oportunas, muito

hábeis, uma vez que evitaram a remarcação para cima da TBC, que viria aumentar a conta de juros, mas não ferem o âmago do problema.

Poucos analistas arriscar-se-iam a afirmar que o ritmo de atividade se acelerou a um ponto que estaria a exigir medidas drásticas de contenção. Os negócios vêm mostrando recuperação, como se nota pela tendência à estabilidade das estatísticas de emprego. Não há uma bolha de consumo fazendo prever um "boom". A economia evolui "normalmente",

O grande risco é que se ponha a perder o esforço para reduzir o tamanho do Estado

O período mais duro da estabilização pode ter ficado para trás, mas a persistência do déficit fiscal, combinada com o crescimento do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, é motivo suficiente para preocupação. Os formuladores e executores do Plano Real não imaginavam, ao que tudo indica, o salto que dariam as importações, requerendo um período de adaptação bastante longo para que o País possa retornar a uma posição de equilíbrio na balança comercial. Mas não é só isso. Tem sido substancial também o crescimento do saldo negativo na conta de serviços, com maiores despesas de juros, já que o endividamento externo segue crescendo rapidamente; de fretes e seguros, com a intensificação

pode-se dizer, tendo sido superada a fase das demissões em massa em setores industriais e afastado o risco de uma crise financeira de grandes proporções.

do intercâmbio comercial; de viagens internacionais, "royalties", etc. Estima o ministro que o déficit em conta corrente esteja agora em 3,3% do PIB e não será surpresa se ele superar 4% no fim deste ano.

Nesse contexto, uma forte desvalorização da moeda não constituiria solução, uma vez que reacenderia a inflação, por não ter sido feito o ajuste fiscal. E, além disso, não resolveria o problema do déficit de serviços. O mais indicado é que o governo vá vencendo, gradativamente, a defasagem cambial, calculada em 9,4% pelo Banco Mundial (Bird), ao mesmo tempo que toma outras medidas para estimular a exportação. Efetivamente, com a entrada de recursos externos, em boa proporção investimentos diretos, não há dificuldade no momento para financiar o déficit corrente. O grande risco, diríamos, é o de pôr a perder o esforço realizado até agora para conter o déficit fiscal, e confortar-nos saber que o ministro Pedro Malan, a equipe econômica e, por extensão, o governo estão firmes na disposição de não permitir que considerações político-eleitorais interfiram com a política de austeridade, mais do que nunca necessária.

Reconhecemos que os regimes democráticos se vêem diante de grandes obstáculos para colocar em execução programas de ajustamento mais profundos. Por isso mesmo, cabe ao governo cuidar para que as medidas para redução do tamanho do Estado, depois do árduo esforço que têm exigido para serem colocadas em prática, tenham afinal um sentido de permanência.